



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

OITIS 3 ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
BALANÇO PATRIMONIAL	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	21
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	21
6. RESULTADO FINANCEIRO	23
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	24
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	25
10. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS.....	26
11. IMOBILIZADO	26
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	27
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	28
14. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES	29
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	32
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	35

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

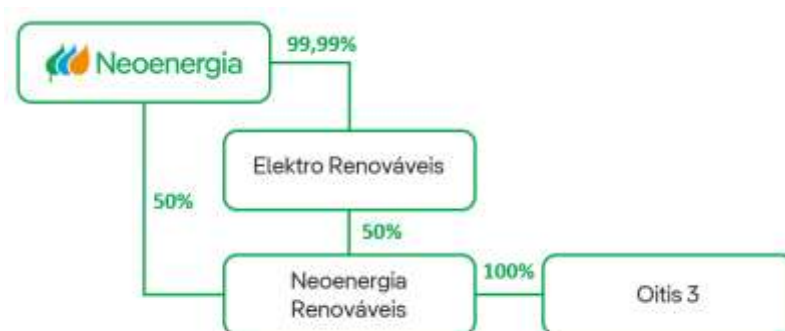
Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2024, a Oitis 3 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. OITIS 3

A Companhia Oitis 3 Energia Renovável S.A. (“Oitis 3”) é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). O Parque Eólico Oitis 3 é um dos 12 parques que compõem o Complexo Oitis, localizado nos estados do Piauí e da Bahia.

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária de Oitis 3 era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Oitis 3 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução autorizativa Nº 8.486, de 17 de dezembro de 2019, expedida pela ANEEL, pelo prazo de 35 anos. O Parque Eólico possui sua energia comercializada no mercado livre.

A Oitis 3 conta com a implantação de 9 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,5 MW. No ano de 2024, o Parque Eólico estava em operação comercial e durante esse período gerou 180.639 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	48.179	29.250	64,71
Receita Operacional Líquida	46.139	28.081	64,31
Margem Operacional Líquida	26.710	10.046	165,88
EBITDA	34.963	16.742	108,83
Resultado Financeiro	(5.513)	(3.546)	55,47
Lucro Líquido	18.401	4.792	283,99
Margem Operacional (%)	57,89%	35,78%	22,12
Margem EBITDA (%)	75,78%	59,62%	16,16
Margem Líquida (%)	39,88%	17,06%	22,82

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/ 24	dez/ 23	Variação %
Ativo Total	267.099	271.166	(150)
Dívida Bruta	115.953	118.926	(2,50)
Dívida Líquida ⁽³⁾	94.360	99.704	(5,36)
Patrimônio Líquido	135.595	121.566	11,54

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/ 24	dez/ 23	Variação %
Dívida Líquida/ EBITDA	2,70	5,96	(54,68)

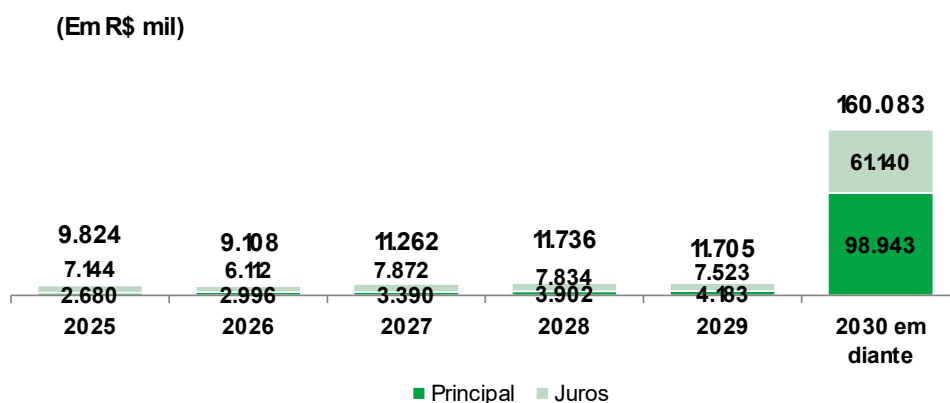
conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido (A)	18.401	4.792	13.609	283,99
Receitas financeiras (B)	2.551	901	1.650	183,13
Despesas financeiras (C)	(8.060)	(4.382)	(3.678)	83,93
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(4)	(65)	61	(93,85)
Imposto de renda (E)	(2.411)	(1.354)	(1.057)	78,06
Depreciação e Amortização (F)	(8.638)	(7.050)	(1.588)	22,52
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	34.963	16.742	18.221	108,83

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNB com amortizações lineares ao longo dos anos.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 15.547 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Oitis 3 Energia Renovável S.A. (“Oitis 3”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Oitis 3 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Oitis 3.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Oitis 3 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Oitis 3 Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oitis 3 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oitis 3 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

OITIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	46.139	28.081
Custos		(19.429)	(18.035)
Custos com energia elétrica	4	(9.059)	(9.545)
Custos de operação	5	(10.370)	(8.490)
Lucro bruto		26.710	10.046
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(385)	(354)
Lucro operacional		26.325	9.692
Resultado financeiro	6	(5.513)	(3.546)
Receitas financeiras		2.551	900
Despesas financeiras		(8.060)	(4.382)
Outros resultados financeiros, líquidos		(4)	(64)
Lucro antes dos tributos		20.812	6.146
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(2.411)	(1.354)
Corrente		(2.411)	(1.354)
Lucro líquido do exercício		18.401	4.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OTIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	18.401	4.792
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	18.401	4.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.401	4.792
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	8.638	7.050
Tributos sobre o lucro	2.411	1.354
Resultado financeiro, líquido	5.513	3.546
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(143)	(1.664)
Fornecedores e contas pagar	(7.680)	10.091
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(366)	(237)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(456)	(374)
Outros ativos e passivos, líquidos	(11.740)	(2.306)
Caixa gerado nas operações	14.578	22.252
Encargos de dívidas pagos	(7.053)	(1.266)
Rendimento de aplicação financeira	2.551	900
Tributos sobre o lucro pagos	(1.831)	(1.007)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.245	20.879
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.940)	(50.040)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(178)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.940)	(50.218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	19.185
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(3.091)	(813)
Remuneração paga aos acionistas	(1.138)	(570)
Aumento de capital	-	15.700
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	(4.229)	33.502
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	2.076	4.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.452	12.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.528	16.452
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar	(8.689)	-
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	-	3.035
Provisão para desmantelamento	124	2.252
Provisão ambiental	29	985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.528	16.452
Contas a receber de clientes e outros	9	7.992	7.849
Outros ativos circulantes		158	194
Total do circulante		26.678	24.495
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	3.065	2.770
Imobilizado	11	237.356	243.901
Total do não circulante		240.421	246.671
Total do ativo		267.099	271.166
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	6.258	13.938
Empréstimos e financiamentos	13.2	2.967	3.305
Tributos sobre o lucro a recolher		550	433
Outros tributos a recolher		197	145
Dividendos	15.2	4.370	1.138
Provisões e outras obrigações	14	336	765
Operações com controladora	16.1	20	10.708
Outros passivos circulantes		194	296
Total do circulante		14.892	30.728
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.2	112.986	115.621
Provisões e outras obrigações	14	3.613	3.241
Outros passivos não circulantes		13	10
Total do não circulante		116.612	118.872
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	15	135.595	121.566
Total do patrimônio líquido		135.595	121.566
Total do passivo e do patrimônio líquido		267.099	271.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva para Investimento	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	116.080	360	5.126	-	-	121.566
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.401	-	18.401
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 15.3)	-	920	874	(1.794)	-	-
Remuneração aos acionistas (15.2)	-	-	-	(16.607)	12.237	(4.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	116.080	1.280	6.000	-	12.237	135.595
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.380	120	1.712	-	-	102.212
Aumento de capital	15.700	-	-	-	-	15.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.792	-	4.792
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 15.3)	-	240	3.414	(3.654)	-	-
Remuneração aos acionistas (15.2)	-	-	-	(1.138)	-	(1.138)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	116.080	360	5.126	-	-	121.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oitis 3 Energia Renovável S.A. (“Oitis 3” ou “Companhia”), com sede em Praia do Flamengo, 78 - Sala 301 - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de junho de 2019, controlada integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A.

A Oitis 3 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução autorizativa Nº 8.489, de 17 de dezembro de 2019, expedida pela ANEEL. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da resolução.

O Parque Eólico comercializa sua energia no âmbito do mercado livre de energia.

A Oitis 3 conta com a implantação de 9 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,5 MW. No ano de 2022, o Parque Eólico entrou em operação comercial em 04 de outubro de 2022 e durante esse período gerou 21.522 MWh.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em XXX abril de 2024., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A..

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado**(i) Risco de taxas de juros e índices de preços**

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas :os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Banco do Nordeste	-	AAA	AAA

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

(b) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	197.347
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	44.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	197.347

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 27 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
------	--

3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.1	Perdas de crédito esperadas (PCE)
11.1	Imobilizado
14.1	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>'Sale and Leaseback'</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>'Reverse factoring'</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (<i>'ASG'</i> ou <i>'ESG'</i>).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para	01/01/2027, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<p>analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.</p>	
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	<p>IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.</p> <p>Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.</p>	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia	46.234	27.415
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.673	1.835
Outras receitas ⁽¹⁾	272	-
Receita operacional bruta	48.179	29.250
(-) Pis e Cofins	(1.749)	(1.068)
(-) Encargos setoriais ⁽²⁾	(291)	(101)
Receita operacional, líquida	46.139	28.081

(1) Impacto do reconhecimento de lucros cessantes referente ao Acordo Indenizatório junto a GE Power & Water;

(2) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL ⁽¹⁾	(1.916)	(5.934)
Energia curto prazo – PLD ⁽²⁾	(3.541)	(257)
Outros	(24)	(9)
Total	(5.481)	(6.200)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(3.578)	(3.345)
Total	(3.578)	(3.345)
Total dos custos com energia elétrica	(9.059)	(9.545)

(1) A redução é resultante do Acordo Indenizatório firmado em 18/12/2024 entre o Complexo Oitis e a GE Power & Water, no montante de R\$ 8.689, A referida indenização visa o ressarcimento das perdas incorridas nos custos da energia comprada para o cumprimento de contratos de venda de energia, bem como uma pequena parcela fixa de lucros cessantes (vide nota 3);

(2) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024		
	Custos de operação	Outras Receitas (Despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(150)	(364)	(514)
Serviços de terceiros	(714)	(21)	(735)
Depreciação e amortização	(8.638)	-	(8.638)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(868)	-	(868)
Total	(10.370)	(385)	(10.755)
		2023	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Custos de operação	Outras Receitas (Despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(267)	(332)	(599)
Serviços de terceiros	(592)	(22)	(614)
Depreciação e amortização	(7.050)	-	(7.050)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(581)	-	(581)
Total	(8.490)	(354)	(8.844)

(1) Inclui materiais, aluguéis, tributos e demais custos diversos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.551	900
	2.551	900
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(7.171)	(3.484)
Atualização de provisões para desmantelamento e ambientais	(247)	(147)
Outras despesas financeiras (2)	(642)	(751)
	(8.060)	(4.382)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(4)	(64)
	(4)	(64)
Resultado financeiro líquido	(5.513)	(3.546)

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional; tais como IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M entre outros; e amortização dos custos de captação.

2) Inclui IOF, fiança bancária e outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	20.812	6.146
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.076)	(2.090)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	4.665	736
Tributos sobre o lucro	(2.411)	(1.354)
Alíquota efetiva	11,58%	22,03%
Corrente	2.411	1.354

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1	127
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.058	-
Fundos de Investimento	12.469	16.325
Total	18.528	16.452

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,90% do CDI (100,49% em 31 dezembro de 2023).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	12.469	16.325

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Total	12.469	16.325
--------------	---------------	---------------

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024	2023
Fornecimento de energia	7.188	6.883
Comercialização de energia na CCEE	804	966
Total	7.992	7.849

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

9.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras.

Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

10. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	2.770	2.289
Aplicação	-	178
Rendimentos	295	303
Saldo final	3.065	2.770

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento e instrumentos de renda fixa de baixo risco, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos em contratos de financiamento firmados com bancos de fomento. Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 98,86% em 31 de dezembro de 2024 (96,04% em 31 de dezembro de 2023) do CDI e liquidez diária.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Construções	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	3,13% - 4,00%	3,13%		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.541	41.360	-	243.901
Adições ⁽¹⁾	124	-	1.969	2.093
Depreciação	(5.524)	(3.114)	-	(8.638)
Transferências entre classes	19.557	(17.588)	(1.969)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	216.698	20.658	-	237.356
Custo	226.913	26.381	-	253.294
Depreciação acumulada	(10.215)	(5.723)	-	(15.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	154.834	39.807	-	194.641
Adições ⁽¹⁾	2.252	-	51.532	53.784
Capitalização de gastos	-	-	2.525	2.525
Depreciação	(4.487)	(2.562)	-	(7.049)
Transferências entre classes	49.942	4.115	(54.057)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.541	41.360	-	243.901
Custo	207.232	43.969	-	251.201
Depreciação acumulada	(4.691)	(2.609)	-	(7.300)

(1) O valor de 123 (2.252 em 31 de dezembro de 2023) é referente a provisão de desmantelamento conforme nota 14.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para reduçã do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	2024	2023
Energia elétrica	3.376	1.941
Encargos de uso da rede	292	280
Materiais e serviços ⁽¹⁾	2.590	11.717
Total	6.258	13.938

(1) A significativa redução é resultante do Acordo Indenizatório firmado em 18/12/2024 entre o Complexo Oitis e a GE Power & Water, no montante de R\$ 8.689, segregados no resultado em indenização por ressarcimento de perdas R\$ 8.417 e lucros cessantes R\$ 272.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**13.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Agências de fomento	115.953	118.926
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	115.953	118.926
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(18.528)	(16.452)
Títulos e valores mobiliários (nota 10)	(3.065)	(2.770)
Dívida líquida	94.360	99.704

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

13.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subseqüentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R\$	116.380	119.397
Indexados a taxas flutuantes	116.380	119.397
	116.380	119.397
Custos de transação	(427)	(471)
	115.953	118.926
Passivo circulante	2.967	3.305
Passivo não circulante	112.986	115.621
	2024	2023
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	56,25%	24,19%
Custo médio em taxa pré	6,11%	3,18%
Dívida total	115.953	118.926

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2025	2.680	7.144	9.824
2026	2.996	6.112	9.108
2027	3.390	7.872	11.262
2028	3.902	7.834	11.736
2029	4.183	7.523	11.706
Entre 2030 a 2034	25.495	32.399	57.894
Entre 2035 a 2039	33.832	21.372	55.204
2040 em diante	39.616	7.369	46.985
Total	116.094	97.625	213.719

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 11,75 anos (12,43 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	118.926	95.292
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	-	19.185
Amortizações de principal	(3.091)	(813)
Pagamento de encargos de dívida	(7.053)	(1.266)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	7.171	6.528
Saldo final do exercício	115.953	118.926

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

e) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

14. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

2024

2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Provisão para obrigações ambientais	599	985
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	3.350	3.021
Total	3.949	4.006
Passivo circulante	336	765
Passivo não circulante	3.613	3.241

14.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

(i) Provisão para desmantelamento e ambiental

As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

(i) Provisão para desmantelamento

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 11,56% e 10,64% respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 116.080, representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia Renováveis S/A.

15.2 Remuneração aos acionistas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia, foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	18.401	4.792
Reserva legal	(920)	(240)
Lucro líquido ajustado	17.481	4.552
Reserva para investimento	(874)	(3.414)
Lucro líquido a distribuir	16.607	1.138
Remuneração		
Mínima obrigatória	4.370	1.138
Remuneração adicional	12.237	-
	16.607	1.138
Natureza da remuneração		
Dividendos	16.607	1.138
	16.607	1.138

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	1.138	0,0098036
Total		1.138	
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	570	0,0049104
Total		570	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2024	2023
Saldos iniciais	1.138	570
Dividendos:		
Dividendos declarados	4.370	1.138
Dividendos pagos no exercício	(1.138)	(570)
Saldos finais	4.370	1.138

15.3 Reservas de lucros

15.3.1 Reserva legal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

15.3.2 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

15.4 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura e (iv) Dividendos a pagar.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	7.188		7.188	6.883		6.883
	7.188		7.188	6.883		6.883
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a)	3.401		3.401	1.966		1.966
Dividendos a pagar (b)	-	4.370	4.370	-	1.138	1.138
Outros Passivos	36	20	56	27	10.708	10.735
	3.437	4.390	7.827	1.993	11.846	13.839

16.2 Transações com partes relacionadas

	2024		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional (a)	46.234	46.234	27.415	27.415
Custos dos serviços (a)	(10.610)	(10.610)	(6.225)	(6.225)
Despesas gerais e administrativas	(364)	(364)	(332)	(332)
	35.260	35.260	20.858	20.858

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.3 Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	11 anos	2033	3.811	35.900
b)	Neoenergia Renováveis	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2025	(4.370)	-

16.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.059	12.469	127	16.325
Títulos e valores mobiliários	3.065	-	2.770	-
Contas a receber de clientes e outros	7.992	-	7.849	-
	17.116	12.469	10.746	16.325
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	6.258	-	13.938	-
Empréstimos e financiamentos	115.953	-	118.926	-
Outros passivos financeiros	88	-	10.854	-
	122.299	-	143.718	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.6, (análise de sensibilidade).

17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	12.469	16.325
	12.469	16.325

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	115.953	115.953	118.926	118.926

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) **Empréstimos e financiamentos**

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

17.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	21.592	2.542	(381)	(763)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(116.380)	(7.305)	(863)	(1.726)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Diretores

Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Oitis 3 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.238.239/0001-16, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Oitis 3 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Oitis 3 relativas ao exercício social findo em 31.12.2024.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Leandro Adzgauskas Montanher

Rodolfo Fernandes da Rocha

Mariana Felix Vasconcellos de Andrade

Diretores

OITIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	46.139	28.081
Custos		(19.429)	(18.035)
Custos com energia elétrica	4	(9.059)	(9.545)
Custos de operação	5	(10.370)	(8.490)
Lucro bruto		26.710	10.046
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(385)	(354)
Lucro operacional		26.325	9.692
Resultado financeiro	6	(5.513)	(3.546)
Receitas financeiras		2.551	900
Despesas financeiras		(8.060)	(4.382)
Outros resultados financeiros, líquidos		(4)	(64)
Lucro antes dos tributos		20.812	6.146
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(2.411)	(1.354)
Corrente		(2.411)	(1.354)
Lucro líquido do exercício		18.401	4.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Rachel Alves Pascale e Rodolfo Fernandes Da Rocha.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/> e utilize o código C4C6-D267-6F94-B0C3.

OITIS 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.528	16.452
Contas a receber de clientes e outros	9	7.992	7.849
Outros ativos circulantes		158	194
Total do circulante		26.678	24.495
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	3.065	2.770
Imobilizado	11	237.356	243.901
Total do não circulante		240.421	246.671
Total do ativo		267.099	271.166
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	6.258	13.938
Empréstimos e financiamentos	13.2	2.967	3.305
Tributos sobre o lucro a recolher		550	433
Outros tributos a recolher		197	145
Dividendos	15.2	4.370	1.138
Provisões e outras obrigações	14	336	765
Operações com controladora	16.1	20	10.708
Outros passivos circulantes		194	296
Total do circulante		14.892	30.728
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.2	112.986	115.621
Provisões e outras obrigações	14	3.613	3.241
Outros passivos não circulantes		13	10
Total do não circulante		116.612	118.872
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	15	135.595	121.566
Total do patrimônio líquido		135.595	121.566
Total do passivo e do patrimônio líquido		267.099	271.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas NEOENERGIA. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/C4C6-D267-6F94-B0C3> ou vá até o site <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C4C6-D267-6F94-B0C3



Hash do Documento

11C812BEE7633DACA86AFCF2889E48CB8925633B6550D3B0812AE6CFB0B7534D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/05/2025 é(são) :

Rachel Alves Pascale (Signatário - Contador) - 124.289.117-08 em 14/05/2025 14:16 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Rodolfo Fernandes Da Rocha (Signatário - Diretor) - 078.187.037-21 em 13/05/2025 12:42 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

